



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA**  
**COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E**  
**REDAÇÃO**

FLS. 011  
PROC. 195/2018  
C.M. (Cota)

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação, de conformidade com o que deliberou o plenário em sessão ordinária de 29 de maio de 2018, aprovando o Projeto de Lei nº 147/2018, apresenta a inclusa

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 147/2018**

Estende o repouso remunerado das empregadas públicas da administração direta e indireta que sofrerem aborto não criminoso e dá outras providências.

Art. 1º Acresce-se à Lei nº 6.251, de 19 de abril de 2005, o seguinte art. 123-B:

“Art. 123-B. Para além dos 15 (quinze) dias já previstos no art. 395 do Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 01 de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a empregada pública terá direito à extensão do seu repouso remunerado por mais 30 (trinta) dias.

§ 1º A concessão da extensão do repouso referido no “caput” deste artigo será garantida à empregada pública que a requerer no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do aborto.

§ 2º O requerimento da interessada deverá ser formulado à Coordenadoria Executiva de Recursos Humanos, ou ao órgão equivalente, e deverá ser acompanhado de atestado médico oficial.”

Art. 2º O benefício instituído por esta lei aplica-se também aos empregados dos órgãos da Administração Municipal Indireta, mediante ato próprio desses órgãos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de reuniões das comissões, 29 MAIO 2018

José Carlos Porsani  
Presidente da CJLR

Cabo Magal Verri

Thainara Faria

Aprovado

Araraquara,

29 MAIO 2018

Presidente